



## PREVALÊNCIA E FATORES DE RISCO PARA O VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA E HEPATITE C NAS PENITENCIÁRIAS FEMININAS NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Luisa de Melo Xavier<sup>1</sup>; Naara Felipe da Fonsêca<sup>2</sup>; Táciela Thamires de Melo Santos<sup>3</sup>

*Universidade Estadual da Paraíba, Email: annaluisamx@gmail.com<sup>1</sup>; Universidade Estadual da Paraíba,  
Email:naaraffelipe@gmail.com<sup>2</sup>; Universidade Estadual da Paraíba, Email:tacimelotj@hotmail.com<sup>3</sup>*

### Resumo

À medida que aumentou o número de presidiários, cresceu também a quantidade de problemas dentro das unidades prisionais, dentre os quais se destaca a precariedade da assistência em saúde. As más condições de saúde no sistema carcerário suscetibilizam os reclusos a aquisição de diversas doenças, sendo que o gênero mais vulnerável a esses problemas é o feminino. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura brasileira sobre prevalência e fatores de risco para o vírus da imunodeficiência adquirida, hepatite C nas penitenciárias femininas no Brasil. Dos estudos analisados, uma pesquisa desenvolvida em uma prisão feminina no estado de São Paulo encontrou uma alta prevalência destas IST's nas detentas, cerca de 16,2% tiveram o resultado positivo para anti-HCV e 13,9% para anti-HIV 1 e 2, os autores ressaltaram que 23 detentas que realizaram o exame para detecção de anti-HCV se negaram a realizar o teste do HIV alegando não quererem saber do seu estado sorológico. Há poucos estudos brasileiros sobre infecções sexualmente transmissíveis no ambiente prisional, e a maioria dos estudos analisados nesta revisão utilizou os testes rápidos para obter a prevalência destas IST's, a baixa sensibilidade e especificidade destes testes e ao baixo intervalo de tempo entre a exposição e a realização do exame podem ter contribuído com resultados falsos-positivos e/ou falsos-negativos.

**Palavras-Chaves:** Prevalência, HIV, Hepatite B; Hepatite C; Prisão.

### Introdução

Segundo dados do Sistema Penitenciário Brasileiro (2014), o Brasil é o quarto país com maior número de presidiários no mundo, de 2000 a junho de 2014 o número de encarcerados cresceu 161%, porém neste mesmo período a população brasileira cresceu apenas 16%. Outro dado mostra que no período de 2000 a junho de 2013 a população carcerária feminina mais que triplicou, em consequência do aumento de mulheres envolvidas em criminalidade.

À medida que aumentou o número de presidiários, cresceu também a quantidade de problemas dentro das unidades prisionais, dentre os quais se destaca a precariedade da assistência em saúde. As más condições de saúde no sistema carcerário suscetibilizam os reclusos a aquisição de diversas doenças, sendo que o gênero mais vulnerável a esses problemas é o feminino. Esse ambiente as expõe principalmente a infecções sexualmente



transmissíveis (IST's). A elevada prevalência mundial de doenças infectocontagiosas no sistema prisional é considerada um grave problema de saúde pública (RIBEIRO, 2013).

Estudos mostram que as condições carcerárias que suscetibilizam a aquisição das infecções sexualmente transmissíveis no setor presidiário são: a prostituição, o abuso de drogas lícitas e ilícitas, o uso compartilhado de agulhas/seringas para o uso de drogas injetáveis, celas lotadas, o abuso sexual, o ato de colocar um *piercing* ou fazer uma tatuagem em condições inóspitas e realizadas por amadores, o uso compartilhado materiais higiênicos perfurocortantes e atividades sexuais bi/homo/heterossexual sem o uso do preservativo (CATALAN-SOARES *et al.*, 2000; NICOLAU *et al.*, 2012; CAMARGO *et al.*, 2012; ROSA *et al.*, 2012).

Diante desse quadro, com o objetivo de melhorar as condições de saúde das mulheres privadas de liberdade e garantir um direito fundamental, que é o acesso à saúde, os Ministérios da Saúde e da Justiça em ação conjunta, formularam a Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário em busca de aperfeiçoamento dos serviços de saúde prestado a essa população. Dentre os objetivos a serem garantidos está à prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/AIDS na população feminina (BRASIL, 2005). Apesar do avanço na garantia de uma política pública, estudo mostra as dificuldades estruturais nos locais de atendimento à saúde dos apenados (BARBOSA *et al.*, 2014), enquanto outra pesquisa caracteriza ações preventivas contra IST's como precárias (ROCHA *et al.*, 2014).

Devido à precariedade do serviço de saúde no sistema prisional e as altas prevalências destas IST's registradas no Sistema Penitenciário Brasileiro, este estudo teve como objetivo analisar na literatura existente sobre a prevalência e os fatores de risco para o vírus da imunodeficiência adquirida, hepatite C nas penitenciárias femininas no Brasil.

## **Metodologia**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura brasileira sobre prevalência e fatores de risco para o vírus da imunodeficiência adquirida, hepatite c nas penitenciárias femininas no Brasil. Foram utilizados os descritores encontrados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde): “Prisões” AND “Anticorpos Anti-HIV” OR/AND “Hepatite C”.

A pesquisa foi realizada de 17 até 21 de abril de 2017 em três bases de dados, sendo essas: Bireme (Biblioteca Virtual em Saúde), PubMed (National Library of Medicine), Scielo (Scientific Electronic Library Online). Para selecionar os artigos utilizamos como critérios de inclusão ser um estudo brasileiro sobre prevalência e fatores de risco para aquisição de HIV e



hepatite C nas reclusas. Como critérios de exclusão: Estudos de opinião, revisão da literatura, ensaios teóricos, teses e dissertações.

## **Resultados e Discussão**

### **Prevalência de anticorpos anti-HCV e fatores de risco para hepatite c na população carcerária brasileira**

Apesar do Brasil ser considerado um país de baixa endemia para hepatite C, a prevalência desta infecção em pessoas privadas da liberdade é preocupante (ROSA *et. al.*, 2012). Em uma pesquisa com 195 apenados do gênero feminino (n=16) e masculino (n=179), 9,7% tiveram o resultado reagente para o teste anti-HCV, a maior prevalência apresentou-se no sexo masculino devido a maior participação desse gênero na pesquisa, dos que apresentaram o resultado reagente, 38,9% afirmaram fazer uso de drogas ilícitas (ROSA *et. al.*, 2012).

Um estudo comparativo sobre a prevalência de anticorpos anti-HCV na população geral (n=1.600) e nos apenados (n=730), realizado no Espírito Santo, 1,0% dos encarcerados apresentaram anti-HCV no soro. A prevalência na população em geral foi de 0,1%, o que confirma uma maior prevalência desta infecção na população privada de liberdade (FALQUETTO *et. al.*, 2013). Em Sergipe, a prevalência de anti-HCV encontrada por Santos e colaboradores (2011) foi de 3,1%. A pesquisa foi realizada com 422 confinados de duas instituições presidiárias, feminina e masculina. Os fatores de risco encontrados nos indivíduos soroprevalentes foram tatuagem (46,2%) e drogas injetáveis (20,6%).

O estudo de Strazza e colaboradores (2007), em uma penitenciária feminina no estado de São Paulo, observou uma prevalência de 16,2% para anti-HCV. Os autores associaram a infecção do HCV ao uso de drogas injetáveis vinculado ao comportamento sexual de risco. A associação da infecção pelo HCV com o uso de drogas injetáveis foi analisada em outra pesquisa realizada em São Paulo, outros fatores associados encontrados foram: o uso de maconha e idade maior que 30 anos, neste estudo 5,3% dos reclusos estavam infectados pelo HCV (MAERRAWI e CARVALHO, 2014). Em uma penitenciária feminina no estado de Goiás, 6,1% das presidiárias tiveram amostras positivas para anti-HCV, é importante destacar que o uso de drogas injetáveis estava associado a esta infecção (BARROS *et. al.*, 2013).

### **Prevalência de HIV e fatores de risco na população carcerária brasileira**

Nos últimos anos houve uma mudança no perfil da epidemia do vírus HIV, antes esta infecção era comum entre homens homossexuais, mas atualmente tem se acrescido o número



de mulheres heterossexuais infectadas (CAMARGO *et. al.*,2012). Segundo dados do sistema penitenciário (2014), a taxa de incidência do HIV em pessoas encarceradas é 60 vezes maior que na população total brasileira, outro fato preocupante é que o grau de conhecimento sobre os modos de transmissão e sobre as infecções HIV/AIDS e hepatites B e C é baixo entre os encarcerados (QUEIROZ *et. al.*, 2014).

No estudo realizado em uma prisão feminina no estado de São Paulo, a prevalência de anti-HIV 1 e 2 foi de 13,9%, os autores ressaltaram que 23 detentas que realizaram o exame para detecção de anti-HCV se negaram a realizar o teste do HIV alegando não quererem saber do seu estado sorológico (STRAZZA *et al.*, 2007). No entanto, Queiroz e colaboradores (2014), no seu estudo realizado com 185 apenados, não encontrou nenhum caso positivo para HIV. Os pesquisadores ressaltaram que pode haver falso-negativos pelo fato da exposição ao risco ter acontecido seis meses antes da pesquisa.

### **Conclusão**

Diante do exposto é possível observar uma alta prevalência de IST's em reclusas no Brasil devido a fatores como: o ambiente hostil penitenciário, a resistência das reclusas em mudar os comportamentos de risco e a ineficiência dos serviços de saúde, tais fatores têm contribuído para a aquisição e propagação destas IST's.

Há poucos estudos brasileiros sobre infecções sexualmente transmissíveis no ambiente prisional, e a maioria dos estudos analisados nesta revisão utilizou os testes rápidos para obter a prevalência destas IST's, a baixa sensibilidade e especificidade destes testes e ao baixo intervalo de tempo entre a exposição e a realização do exame podem ter contribuído com resultados falsos- positivos e/ou falsos- negativos, o que compromete a análise do panorama da situação de saúde sexual no ambiente prisional neste estudo. Portanto ressaltamos a importância de novos estudos investigando a prevalência destas e outras IST's no ambiente prisional e políticas publicas de saúde mais eficazes para prevenir e tratar os reclusos.

### **Referências Bibliográficas**

BARROS, M.B.A.;FILHO,A.A.B.;BRAZ,M.; Saúde dos adolescentes: um estudo de base populacional em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 29(9):1877-1888, set, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário/ Ministério da Saúde. 2th ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2005. 64 p.



CAMARGO, J.P.; RUTKOSWKI, F.P.; BORBA, E.O.; NEVES, E.B. O perfil das detentas HIV positivo de uma penitenciária estadual do Paraná, Brasil. **J Health Sci Inst.**, vol. 30, n. 4, p. 369-76, 2012.

CATALAN-SOARES, B.C.; ALMEIDA, R.T.P.; CARNEIRO-PROIETTI, A.B.F. Prevalence of HIV-1/2, HTLV-I/II, hepatitis B virus (HBV), hepatitis C virus (HCV), *Treponema pallidum* and *Trypanosoma cruzi* among prison inmates at Manhuaçu, Minas Gerais State, Brazil. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, vol.33, n.1, pp. 27-30. 2000.

FALQUETTO, T.C.; ENDRINGER, D.C.; ANDRADE, T.U. *et al.* Hepatitis C in Prisoners and Non-Prisoners in Colatina, Espírito Santo, Brazil. **Braz. J. Pharm. Sci.**, vol.49, n.4, pp.737-744, 2013.

INFOPEN- Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema de Informação Penitenciária (InfoPen). Estatística. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>> Acesso em: 10 abril. 2017.

InfoPen- Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema de Informação Penitenciária (InfoPen). Estatística. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>> Acesso em: 10 abril . 2017.

MAERRAWI, I.E.; CARVALHO, H.B. Prevalence and risk factors associated with HIV infection, hepatitis and syphilis in a state prison of São Paulo. **J. S.T.D. AIDS**, vol. 26, nº 2, p.120-127, 2014.

NICOLAU, A.I.O.; RIBEIRO S.G.; LESSA P.R.A. *et al.* Conhecimento, atitude e prática do uso de preservativos por presidiárias: prevenção das DST/HIV no cenário prisional. **Rev. Esc. Enferm. USP**, vol. 46, n.3, p. 711-9, 2012.

QUEIROZ, C.A., FORTUNA, C.M., SILVA, E.A. *et al.* Riscos para Vírus da Imunodeficiência Humana e Hepatites dos Privados de Liberdade. **Rev. Enferm. UFPE on line**, vol. 8, n.1, p.2375-81, 2014.

RIBEIRO, S.G.; LESSA, P.R.A.; MONTE, A.S.; BERNARDO, E.B.R. *et al.* Perfil Gineco-Obstétrico de Mulheres Encarceradas no Estado do Ceará. **Texto Contexto Enferm, Florianópolis** ,vol. 22, n. 1, p. 13-21, 2013.

ROCHA, L.C.D; CABRAL, D.S; FREIRE, E.M.R. *et al.* Percepção das Mulheres Encarceradas em Penitenciária em Relação á Atenção a Saúde da Mulher. **Rev. Eletrônica Gestão & Saúde**. Vol.05, Nº. 01, p.113-36 113, 2014.

ROSA, F.; CARNEIRO, M.; DURO, L.N. *et al.* Prevalência de anti-HCV em uma população privada de liberdade. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, vol. 58, n.5, p. 557-560, 2012.

SANTOS, B.F.; SANTANA, N.O.; FRANCA, A.V. Prevalence, Genotypes and Factors Associated with HCV Infection Among Prisoners in Northeastern Brazil. **World J Gastroenterol.**, vol.17, n.25, p.3027-34, 2011.



II CONBRACIS  
II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde

STRAZZA, L.; MASSAD, E.; AZEVEDO, R.S. *et. al.* Estudo de comportamento associado à infecção pelo HIV e HCV em detentas de um presídio de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol.23, n.1, pp. 197-205, 2007.

